

Governo tenta acordo sobre tributação

BRASÍLIA — O texto constitucional que transfere para os Estados e Municípios os recursos controlados hoje pela União privilegia as regiões ricas em detrimento dos Estados pobres. Com este argumento, os Líderes do Governo tentavam chegar ontem a um acordo na Constituinte, capaz de modificar as propostas do Centrão e da Comissão de Sistematização sobre a reforma tributária.

Esta foi a orientação transmitida ontem pelo Presidente José Sarney aos Líderes Carlos Sant'Anna, José Lourenço e Saldanha Derzi, em reunião no Palácio da Alvorada com técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e da Secretaria da Receita Federal. Segundo o Senador Saldanha Derzi, o Presidente Sarney está muito preocupado com o futuro das regiões menos desenvolvidas, que na sua análise serão prejudicadas com a transferência direta de recursos para os Estados. Nas mãos da União, o orçamento poderia ser distribuído dentro de critérios mais justos, explicou Saldanha Derzi.

— Aumentando os recursos da União, maiores recursos ela terá para distribuir aos Estados. O caixa é um só, o Tesouro. O Governo federal precisa ter um fundo com o qual possa garantir o desenvolvimento das regiões pobres — alegou o Senador.



Telefoto de Gustavo Miranda

Derzi e Lourenço combinam estratégia para alterar propostas em votação

Constituintes rejeitam tese do Planalto

BRASÍLIA — O Governo não está conseguindo convencer os representantes do Nordeste, Norte e Centro-Oeste de que os Estados mais pobres perderão com a proposta de reforma tributária a ser votada pelo Plenário da Constituinte. Os líderes do grupo, de 290 parlamentares, têm impressão que o Governo busca exclusivamente obter seu apoio para uma fórmula que diminua a redução da fatia da União na partilha dos tributos, à custa dos Estados do Centro-Sul.

De acordo com esses Constituintes, a tarefa do Governo é quase impossível. Será extremamente difícil, agora, executar qualquer modificação importante no texto, fruto de negociações nas Subcomissões e nas Comissões temática e de Sistematização. Um dos indícios dessa dificuldade é o fato de o Centrão não haver proposto qualquer mudança.

Durante encontro, ontem, de alguns parlamentares com o Presidente José Sarney, o Chefe de Estado se mostrou preocupado com a modificação da partilha dos tributos. Segundo o Deputado José Luiz Maia (PDS-PI), Sarney pediu que refletissem sobre os números que lhes serão apresentados por técnicos do Ministério da Fazenda, mas em nenhum

momento fez pressões.

Para o Deputado Benito Gama (PFL-BA), somente uma diferença na metodologia usada poderia explicar que os números da Fazenda não coincidam com os dos parlamentares. Gama diz que o Nordeste vai ganhar 28 por cento em relação à sua receita atual, e o Centro-Sul 12 por cento. Mas a redução da fatia da União, de cerca de meio por cento do PIB no primeiro ano de aplicação da reforma tributária, "não é significativa a ponto de provocar uma redução no investimento da administração pública", afirma o Deputado. Isto invalida as informações dos técnicos do Ministério da Fazenda de que os Estados pobres serão prejudicados porque o Governo Federal não mais poderá socorrê-los.

Deputados do Nordeste examinaram informalmente a proposta do Líder do PFL, José Lourenço (BA) — de deixar os Impostos Únicos com a União, excluindo-os do ICM, conforme está no texto do Centrão — à luz da tese defendida pelo segundo escalão da área econômica, de que os Estados do Centro-Sul devem fazer concessões que beneficiem o Governo federal.

Simon: É questão de vida ou morte

PORTO ALEGRE — Classificando a reforma tributária de questão de vida ou morte para o Rio Grande do Sul, o Governador Pedro Simon (PMDB) lamentou que a proposta a ser votada pela Constituinte destine ao Estado uma parcela muito aquém da que lhe deveria caber. Simon não estimou o aumento da receita, caso se concretize a reforma, mas lembrou que o Rio Grande paga, desde a década de 70, o preço de ter-se voltado para a exportação:

— De 1975 a 1985, o Estado foi responsável por 52 por cento dos excedentes das exportações brasileiras e, contraditoriamente, foi prejudicado por causa disso com as isenções fiscais e tributárias.

Para Simon, a criação do Fundo de Ressarcimento contemplará apenas 10 por cento do que o Estado teria direito. Se a reforma fosse justa, o Rio Grande do Sul não teria mais problemas com a folha de pagamento do funcionalismo, sobriariam recursos para investimentos e ainda poderia amortizar parte de sua dívida. Com os recursos que a reforma proporcionará, o Governador pretende amenizar os problemas mensais com os gastos de pessoal.

Moreira e Quércia discutem crise econômica

Forçar o Governo federal a adotar medidas econômicas mais concretas no combate à inflação e ao déficit público. Este é o objetivo, declarado ontem pelo Governador de São Paulo, Orestes Quércia, dos encontros que ele vem mantendo com empresários, lideranças sindicais e Governadores. Ontem, Quércia obteve o apoio do Governador Moreira Franco, com quem jantou no Palácio Laranjeiras, para a sua empreitada. Os dois Governadores não quiseram detalhar as medidas a serem adotadas, mas ambos concordam que deve ser feito um corte drástico nos subsídios e retomados os investimentos públicos.

— A relação das medidas não é novidade para ninguém. Estão aí, são claras, sofridas, só precisam ser adotadas — afirmou o Governador Moreira Franco.

Moreira e Quércia também concordam que dificilmente o texto da Comissão de Sistematização, que trata da reforma tributária, deixará de ser aprovado no plenário da Constituinte. Confiantes,



Foto de Almir Veiga

Quércia, observado por Moreira, defende o adiamento da Convenção

eles não acreditam numa reação vitoriosa do Planalto.

Mas o encontro dos dois Governadores não foi marcado apenas por opiniões convergentes. Enquanto Quércia defendeu o adia-

mento da Convenção do PMDB, marcada para o próximo dia 5 de junho, para depois da conclusão dos trabalhos da Constituinte, Moreira preferiu não se posicionar, dizendo que ainda não havia pensado no assunto.

Plenário deverá rever distribuição de combustível

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte deverá rever a decisão da Comissão de Sistematização que nacionalizou a distribuição dos derivados de petróleo, mas poderá criar mecanismos que limitem a participação no setor de empresas multinacionais.

Uma fusão de emendas que privilegia os pequenos distribuidores de combustível está sendo patrocinada pelo Deputado Max Rosenman (PMDB-SC).

A distribuição fora nacionalizada quando a maioria dos Constituintes aprovou a emenda do Deputado Fernando Santana (PCB-BA), o que desencadeou uma ampla discussão no plenário. Logo nas primeiras reuniões dos grupos que negociam os acordos para a votação do título sobre a Ordem Econômica, chegou-se à conclusão de que o dispositivo deveria ser revisto.

Até mesmo os partidos de esquerda como o PT, o PDT e o próprio PCB concordaram com a proposta de alterar o que fora aprovado pela Sistematização.

Entre as soluções que estão sendo estudadas para regulamentar a matéria surgiu a idéia de se limitar a

presença das multinacionais no setor, ao mesmo tempo em que se abre uma perspectiva para os pequenos distribuidores de combustível, que atualmente são impedidos de operar na venda direta dos derivados de petróleo, à exceção do óleo diesel.

A proposta neste sentido, a ser submetida ao plenário, vai resultar de uma fusão de emendas dos Deputados Max Rosenman, Lúcio Alcântara (PFL-CE), João Cunha (SP, sem partido), Paulo Macarini (PMDB-SC), Amaury Müller (PDT-RS) e do Senador Olavo Pires (PMDB-RO).

Este grupo pretende, basicamente, garantir que a política de distribuição de combustível seja regulamentada por lei ordinária — atualmente é fixada por portarias do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) — que discipline os contratos para concessão dos postos distribuidores. A fusão de emendas vai determinar ainda que a lei preservará a livre iniciativa e dará prioridade às empresas com maioria de capital nacional.

Segundo Max Rosenman, a distribuição dos derivados de petróleo hoje em dia é realizada de forma cartorial, que privilegia as

multinacionais. De acordo com os dados fornecidos pelo Sindicato Nacional do Comércio Transportador, Revendedor, Retalhista de Combustível, 35 por cento da distribuição dos derivados de petróleo estão em mãos das empresas estrangeiras, 55 por cento a cargo de grandes empresas particulares e Governo — via órgãos públicos e Petrobrás — e apenas 10 por cento com os pequenos distribuidores, os tarrefeiros, que ainda assim só podem distribuir óleo diesel.

— Nossa intenção — diz Rosenman — é subdividir este mercado. A situação é tão injusta que os pequenos distribuidores, além de limitados a operar com óleo diesel, só podem vender um máximo de 20 mil litros por mês, para cada cliente.

Segundo o Deputado, o grupo que trabalha na fusão das emendas pretende reverter este quadro, que afirma ir de encontro aos interesses do empresariado nacional.

O parlamentar afirma que sua proposta, que deu origem à idéia da fusão, conta com 350 assinaturas de apoio de constituintes de diversas tendências e partidos.